

A remuneração real e justa

BERNARDO CABRAL

Volta à discussão — e desta feita como nas das anteriores, de forma cáustica — o problema dos jetons (termo francês usado para indicar a remuneração que se faz a um membro de órgão colegiado pelo seu comparecimento a uma sessão ou reunião) que são pagos aos membros do Congresso brasileiro.

O que é curioso é que, sempre em determinada época — em coincidente fase cíclica — se levanta essa campanha de críticas ao Congresso brasileiro, taxando-o de omissivo ou de estar permanentemente quase vazio, sem que a sua Mesa Diretora faça controle do parlamentar em plenário para o respectivo corte dos jetons.

Merece ser lembrado — ao se falar em plenário vazio — o sempre atual Ruy, ao discorrer sobre as denúncias contra tal circunstância: "Há presenças mudas e estéreis, enquanto há ausências fecundas e laboriosas."

Ademais, é oportuno frisar que o parlamentar não é eleito apenas para ter a sua atuação confinada ao plenário onde deva proferir ou assistir discursos, mas também para apresentar projetos e discuti-los nas respectivas Comissões; frequentar os ministérios na defesa dos pleitos que interessam ao seu Estado; e, ainda, atender aos compromissos com os

eleitores, exatamente aqueles que irão julgá-lo pelo conjunto do desempenho do seu mandato.

Por outro lado, essa falta de afluência de parlamentares ao plenário não é, como se pode pensar, característica do brasileiro. No país da Rainha Elisabeth — onde até hoje a Câmara dos Comuns não permitiu o acesso da televisão nem de fotografos aos trabalhos parlamentares — tantas vezes essa Câmara funciona com apenas três deputados e o Presidente, não obstante a existência de 650 deputados e o horário das sessões de 14h30m às 21h30m.

Na França, a Assembleia Nacional só funciona cinco meses e vinte dias, não podendo o Senado exceder um mês em cada uma das duas sessões que realiza anualmente.

Ainda, agora, por ocasião da Semana Santa, criticou-se em demasia a paralisação dos trabalhos parlamentares a partir da quinta-feira, quando nos Estados Unidos da América do Norte o Congresso fica em recesso durante 10 dias, por imposição legal, nessa época.

Adicione-se, por justiça, que no Brasil as sessões ordinárias da Câmara e do Senado funcionam durante nove meses e cinco dias.

Parece-me, portanto, que a discussão não se deveria cingir ao controle dos parlamentares em Plenário para o corte dos jetons; ou a sua presença nas Comissões para impedi-lo;

ou o que isso possibilitaria de economia aos cofres da Nação.

O que é necessário — isso sim — é adequar o Congresso às exigências atuais, do reordenamento democrático que está por vir, e o problema a atacar deve ser o da reformulação do sistema de remunerar os deputados e senadores, fixando-se os subsídios reais e eliminando-se os chamados pagamentos indiretos: cotas de passagens aéreas e de correspondência, auxílio para transporte e moradia.

Não há brasileiro que aceite figurar o jeton como pagamento que recebe vantagem tributária suplementar: a não incidência do imposto de renda, já que isso consiste exceção odiosa e desfigura o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei.

Implantar, pois, os subsídios reais será medida que reabilitará a credibilidade do Parlamento e não mais se indagará se não seria melhor estar ele fechado para não causar despesas aos cofres públicos.

E, a partir daí, trabalhar muito e produzir mais, porque já dizia Lincoln: "Aquele que não produz mais trabalho do que para o qual é pago, não merece o que ganha."

Bernardo Cabral é Deputado e relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte

VIRGÍLIO GUIMARÃES

Política não pode ser meio de vida nem parlamentar ser categoria profissional. Quem quiser ganhar dinheiro que arrume uma profissão e vá trabalhar. Minha proposta para a Constituinte é acabar, sumariamente, com todos os tipos de pagamentos e mordomias concedidos a deputados, senadores e vereadores.

Mas isto é apenas um aspecto (e não o mais relevante) da profunda reestruturação do Parlamento que proponho.

No Legislativo brasileiro, dois problemas saltam à vista: seu absoluto anacronismo, enquanto poder, frente à sociedade atual e a completa distorção de sua representatividade.

Explico: primeiro, o Parlamento está praticamente à margem da vida real. O presidente do Banco Central (cargo de segundo escalão) significa mais para a economia nacional que a Câmara e o Senado juntos. Idem a diretoria de uma grande empresa com relação à definição dos padrões de tecnologia, à composição dos investimentos e ao controle da qualidade ambiental etc. Enquanto isso, o plenário do Congresso mais parece um interminável concurso de oratória (vazio de platéia e de sentido), que, das terças às quintas-feiras, durante oito meses por ano, dá facha à verdadeira atividade da esmagadora maioria dos parlamentares: o clientelismo e o tráfico de influência. O parlamentar se transformou em despachante de luxo, que administra um fichário de endereços, visando sua própria reeleição. E tudo à custa do dinheiro do povo!

Segundo: não há representatividade

de. No Parlamento, o País aparece de cabeça para baixo: nele, as minorias são tranqüilamente a força política majoritária. Os complexos mecanismos de mediação política (nas eleições e no exercício do mandato) tornam extremamente fácil esta manipulação. Urge simplificá-las; urge, mesmo sabendo que esta só será completamente conquistada através de uma profunda revolução social.

Proponho que o poder máximo da República seja exercido por um Parlamento unicameral, eleito por Estado e composto proporcionalmente pelos partidos políticos. Com um mandato de dois anos, seu número seria de um parlamentar por 30.000 habitantes (hoje seriam cerca de 4.500 no total). Com tais dimensões, naturalmente todos os distritos eleitorais, principais categorias profissionais, movimentos sociais etc. estariam diretamente representados, em suas variadas vertentes ideológicas. As reuniões plenárias seriam bimestrais, num único fim de semana, ao longo de todo o ano, sem recessos. Fora daí, os parlamentares iriam para casa, trabalhar, conviver com as bases, estudar e preparar propostas.

Portanto, nada de salário adicional, nada de mordomias. O Congresso Nacional, naturalmente, proporcionaria todas as condições para o exercício efetivo do mandato — transporte aéreo de qualquer parte do País para as reuniões, alojamento e alimentação em Brasília, informações por terminais de computador, telex, telefone, circuito de TV, via satélite, etc. etc. Mas nenhum centavo de dinheiro, nenhuma "ajuda de custos", nenhuma mordomia ou regalia junto ao serviço público.

Hoje não é mais necessário um deputado "mudar para a Capital" (o

que aliás só fazem teoricamente: na prática, somos todos "ponte aérea").

Já não estamos mais nos albos da República, quando um deputado "pegava o Ita no Norte" e vinte dias depois chegava ao Rio de Janeiro para ficar uma temporada representando sua "provincia" na Câmara. O novo Parlamento tem que incorporar que estamos em plena era do jato e da teleinformática...

Nos intervalos entre as reuniões plenárias haveria um plantão formado pelas lideranças partidárias e uma Comissão Diretora, formada por 20 parlamentares, eleitos em rodízio, encarregados de fiscalizar o Executivo, preparar a próxima reunião, fazer convocações extraordinárias etc. Todas as propostas parlamentares seriam agrupadas por temas e divulgadas amplamente. As plenárias bimestrais seriam dedicadas exclusivamente ao encaminhamento (discursos pró e contra) e votação imediata. Nada de: pinga-fogo, pronunciamento para os taquígrafos, homenagens, cidadanias honorárias, requerimentos, exortações e outras "práticas parlamentares" do gênero. Nada também de tramitações intermináveis, de iniciativas que passam anos e anos perambulando por comissões e comissões.

A pauta do Parlamento também teria de ser renovada, incorporando simplesmente... o País real!

Em lugar de uma instituição formal, anacrônica e antipopular, proponho um Parlamento novo, dinâmico e determinante na democratização da vida cotidiana das pessoas. E sem remunerações ou mordomias...

Virgílio Guimarães é Deputado federal pelo PT de Minas Gerais

Parlamento não é profissão